



Marcos Santos/USP Imagens

# Moral e ética no mundo contemporâneo

*Yves de La Taille*

## resumo

Opta-se por distintas definições para os conceitos de ética e de moral. A questão ética é “como viver?”, e a questão moral é “como devemos agir?”. A ética diz respeito à “vida boa” e a moral diz respeito aos deveres. Analisamos algumas características éticas e morais do mundo contemporâneo chegando, entre outras, a duas conclusões: 1) o que podemos chamar de “cultura da vaidade” enfraquece a construção de personalidades éticas, condição necessária à ação moral; 2) o que podemos chamar de “cultura do tédio” compromete a busca genuína da “vida boa” e, conseqüentemente, também compromete a construção de personalidades éticas.

---

**Palavras-chave:** ética; moral; contemporaneidade; vaidade; tédio.

## abstract

*We have chosen to give different and complementary definitions for the concepts of ethics and morals, for the sake of convention. The ethical question concerns “how to live” whereas the moral question regards “how we should act”. Thus, ethics concerns what makes up a “good life” while morals relates to one’s duties. That being said, here we analyse some ethical and moral characteristics of the contemporary world, in the light of a psychological framework, and reached the following two conclusions, among others: 1) that which we call “culture of vanity” weakens the construction of ethical personalities, a necessary condition for moral action; 2) that which we call “culture of boredom” jeopardizes the genuine pursuit of a “good life”; therefore, it also compromises the construction of ethical personalities.*

---

**Keywords:** ethics; morality; contemporariness; vanity; boredom.

**E**stados Unidos, Alemanha, Finlândia, Brasil e outros países mais, no passado recente e, temo, no futuro próximo: um rapaz (ou dois, não importa) sai de sua casa, dirige-se a uma instituição educacional (em geral, na qual estudou ou estuda), nela penetra e, de repente, saca armas e atira a esmo, matando alunos, professores e funcionários.

A tragédia ganha imediatamente repercussão internacional, a mídia se apodera do fato. Televisões e jornais passam alguns dias dando destaque à fúria assassina desse jovem. Imagens mostram o desespero daqueles que escaparam do tiroteio e o pranto dos familiares e amigos dos mortos e feridos. Publicam-se fotos do jovem assassino com alguns díspares elementos de sua vida. Discutem-se as condições de segurança dos estabelecimentos educacionais. Afirma-se a indignação moral provocada pela matança. Volta-se ao tema da proibição da venda de armas. E, evidentemente, são colocadas angustiadas indagações a respeito das misteriosas razões desses insensatos gestos. Patologia profunda? Surto psicótico? Ato de vingança de violências sofridas? Infância infeliz? Família desestruturada?

Ora, um elemento de resposta talvez esteja no próprio corpo das reportagens, por intermédio de um fato que raramente recebe destaque: informam-nos que esses jovens homicidas, todos, *se matam* após a chacina.

É perfeitamente normal que a chacina, e não o suicídio que a sucede, esteja no foco das notícias

e das comoções. Porém, parece-me que não é bastante lembrado e sublinhado que *se esses jovens não tivessem decidido sair de casa para se matar, eles não matariam*. O caso deles é bem diferente daquele do sinistro Anders Behring Breivik, norueguês que, em 2011, matou 77 pessoas. Longe de se matar após o feito, ele afirmou claramente as motivações políticas (racistas, seria melhor dizer) que o levaram a esse ato, e durante o seu processo não demonstrou culpa, vergonha ou desespero. Pelo contrário: ficou claro que faria novamente o que fez. O caso deles também é totalmente diferente daquele dos terroristas suicidas, esses modernos “camicases de Deus”. É verdade que esses também se matam ao explodir suas bombas amarradas na cintura ou ao atirarem seus aviões sobre prédios. Todavia, eles se veem cumprindo uma missão, e a morte, como na guerra, faz parte do jogo. Não são pessoas desesperadas que resolvem dar cabo à sua própria vida por ela não fazer sentido. Eu diria deles, parafraseando Georges Brassens na sua canção *Mourir pour des idées*, que “morrer é sua razão de viver”.

Porém, os jovens de que estamos falando, e que tornaram tristemente conhecidos lugares como Columbine, Realengo, Sandy Hook e outros mais, não mataram e morreram em razão de nenhum motivo transcendente. É o que se nota

---

**YVES DE LA TAILLE** é professor aposentado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e autor de, entre outros, *Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas* (Artmed).

pelas pistas que deixaram, notadamente na internet. Eram pessoas que queriam morrer. Matar, sim, mas também morrer.

Por que estou introduzindo meu texto com essa trágica referência? Em primeiro lugar porque ele pretende falar da contemporaneidade. Ora, os eventos que acabo de lembrar correspondem a uma realidade nova. Nova não tanto pelo acontecido (sempre houve matanças e sempre “bons” motivos para justificá-las), mas por sua frequência. Entre outros fatos do mundo contemporâneo (o terrorismo, a internet, as redes sociais, o aquecimento global, etc.), as chacinas seguidas de suicídio são, creio, uma triste marca dos tempos atuais. Logo, falar dos dias que vivemos implica delas falar. Em segundo lugar, porque o presente texto também pretende falar de moral e de ética. Ora, tais chacinas cometidas por jovens suicidas também nos remetem a essas duas dimensões.

Mas, aqui, eu preciso deixar clara a distinção de sentido (e complementaridade, como veremos) que assumo para os conceitos de moral e de ética.

## MORAL E ÉTICA

Embora não raramente diversos textos, notadamente jornalísticos, empreguem ambos os conceitos, em geral citados lado a lado (por exemplo, “tais ações de tal homem ferem os princípios da moral e da ética”), costumeiramente não fica explicitado por que se empregam os dois termos e não apenas um. Mais ainda: percebe-se que são empregados como sinônimos, ambos se referindo a ações consideradas inspiradas por algum ideal de “bem”, logo consideradas como corretas e obrigatórias. Por exemplo, dir-se-á de alguém que se mostrou corrupto que ele *desrespeitou regras morais*, e convocar-se-á uma “comissão de ética” para avaliar os seus atos. Outro exemplo: a invasão da intimidade alheia é considerada *imoral*, mas na academia as pessoas que zelam para que tal não aconteça no trabalho científico participam de comitês chamados Comitês de Ética na Pesquisa com Seres Humanos.

A sinonímia dos conceitos de moral e de ética é perfeitamente admissível e não são raros os autores que a aceitam. Vejamos o que escreveu a filósofa Monique Canto-Sperber (2007, p. 25) nas primei-

ras páginas de seu livro intitulado *L'inquiétude morale de la vie humaine*: “Eu vou desapontar o leitor ao sublinhar que em geral eu me sirvo dos termos ‘moral’ e ‘ética’ como sinônimos”.

Interessante notar a referência da autora ao desapontamento dos leitores. É que, com efeito, hoje em dia a palavra “ética”, mesmo quando se refere ao mesmo objeto que a palavra “moral”, não somente “reina” absoluta enquanto a palavra “moral” é raramente pronunciada (e em voz baixa, como se envergonhasse quem a profere), como sua aplicação costuma perder os limites da precisão. Concordo, portanto, com Canto-Sperber (2007, pp. 7 e 14) quando ela diz que “atualmente a etiqueta ‘ética’ basta para justificar qualquer afirmação” e também quando ela se preocupa com o fato de que “de tanto se falar em ética, a torto e a direito, em todos os contextos e a respeito de qualquer coisa, o termo tornar-se-á desprovido de sentido”.

Para não cometer o erro apontado pela filósofa francesa, vou assumir aqui (por convenção<sup>1</sup>) uma diferença de sentido entre os termos *moral* e *ética*, diferença esta que se encontra em autores como Paul Ricoeur (1990), André Comte-Sponville (1998), Fernando Savater (2000) e Bernard Williams (1990), para citar apenas esses quatro.

Reservarei o conceito de moral ao sistema de valores que se traduzem por princípios e regras cuja aplicação prática é considerada um *dever* e, logo, a não aplicação, uma transgressão condenável. Nota-se que essa é a definição habitual de moral, seja qual for o seu conteúdo: ser justo, ser fiel, ser honesto, defender a própria honra, casar virgem, etc., correspondem, para quem legitima tais princípios e regras, a deveres, a imperativos. Portanto, a pergunta moral é: “Como devo agir?”. Do ponto de vista psicológico, à moral corresponde um sentimento especial: o da obrigatoriedade.

A pergunta da ética será, no presente texto, outra, a saber: “Que vida eu quero viver?”. Reconhece-se aqui o clássico tema da “vida boa”. E verifica-se também a relação entre ética e a construção de si mesmo, pois a resposta à pergunta “que vida eu quero viver?” implica também responder a essa outra pergunta: “Quem eu quero ser?”.

1 Existem outras diferenças de atribuição de sentido aos termos “moral” e “ética”, não havendo, portanto, nenhuma que seja a única e a “correta”.

Isto posto, podemos indagar sobre as relações entre a moral e a ética, assim definidas.

Uma engloba a outra? A ética engloba a moral porque, como bem lembrado por Comte-Sponville (1998), decidir que vida viver e quem ser é também escolher que deveres vão ser legitimados.

Uma permite pensar a respeito da outra? Por um lado, como o diz Ricoeur (1990), a ética nos permite sair de impasses morais: quando, no seio da moral, decisões não encontram nela base suficiente para se inspirar, recorre-se à reflexão ética. Por outro, a moral regula a ética. Ou seja, nem todas as respostas à pergunta “que vida viver?” merecem o nome de ética. Recorro mais uma vez a Ricoeur (1990, p. 202) e assumo a definição que ele propõe: a perspectiva ética é “a vida boa, com e para outrem, em instituições justas”.

Há outra dimensão na qual moral e ética são mutuamente dependentes, a dimensão psicológica, que pode ser assim formulada: *um indivíduo somente agirá conforme princípios e regras morais (seja quais forem) se essas fizerem, para ele, sentido no plano ético*. Voltarei a essa afirmação mais abaixo.

Voltando agora aos trágicos exemplos pelos quais iniciei meu texto, verifica-se claramente que tais atos implicam uma dimensão moral e outra ética. A dimensão moral está nos assassinatos, que ferem frontalmente a moral. E a dimensão ética está no ato do suicídio. Esses meninos não desfrutavam uma “vida boa”, do contrário não teriam dado um fim a ela. E, certamente, careciam de senso moral, pois nenhum freio foi por eles acionado para que não matassem.

Isto posto, o objetivo do presente texto é procurar avaliar, do ponto de vista psicológico, como estão a moral e a ética no mundo contemporâneo, também chamado de pós-modernidade. Começarei falando da moral para depois me debruçar sobre a dimensão ética.

## MORAL E CONTEMPORANEIDADE

### Desenvolvimento do juízo moral

A moralidade tem sido estudada pela psicologia desde o início do século XX, sendo Jean Piaget um dos grandes pioneiros dessa área de

investigação, cuja obra *Le jugement moral chez l'enfant* (publicado em 1932) ainda inspira muitas pesquisas. A ideia central de Piaget é que há um desenvolvimento moral, tanto do ponto de vista cognitivo quanto do afetivo. Isso quer dizer que a moralidade passa por vários níveis identificáveis, e isso da infância até a idade adulta. Logo, não se pode dizer que haveria uma fase durante a qual a criança pequena carece de moral e, em seguida, apenas uma outra durante a qual ela já pensa e sente moralmente. Não: se é verdade que há uma fase pré-moral, também é verdade que, quando construída a moral, o indivíduo ainda se modificará a respeito de sua relação com ela.

Piaget havia se contentado com três níveis, limitando-se, por motivos metodológicos, ao desenvolvimento do *juízo* moral, portanto, à sua dimensão racional<sup>2</sup>: o nível da anomia, pré-moral, portanto; o nível da heteronomia, no qual a moral é legitimada por intermédio da referência a alguma fonte exterior de autoridade (pode ser a religião, os pais, os amigos, o grupo, a sociedade, etc.); e, finalmente, o nível da autonomia, no qual a moral é legitimada por intermédio de raciocínios pessoais que presidem a legitimação, ou não, de determinados valores, princípios e regras. Note-se que Piaget já afirmava que, na maioria dos seres humanos, costuma prevalecer a heteronomia, que convive com algumas “ilhas” de autonomia.

No meio do século passado, um psicólogo americano, Lawrence Kohlberg, retomou a teoria e os estudos de Piaget a respeito do desenvolvimento do juízo moral (Piaget passou o resto da vida dedicado ao que ele chamou de epistemologia genética), elegendo a virtude “justiça” como objeto privilegiado da moral, e identificando três níveis (pré-convenção, convencional e pós-convenção, cada qual subdividido em dois subníveis) entre a fase de radical heteronomia e aquela de franca (e rara) autonomia, na qual são legitimados, nas próprias palavras de Kohlberg (1981, p. 19), “princípios universais de justiça, de reciprocidade, de igualdade de direitos humanos e de respeito pela dignidade dos seres humanos enquanto indivíduos”.

2 Piaget dedicou um curso na Sorbonne (Paris) à dimensão afetiva do desenvolvimento moral. Mas o fez de forma especulativa, sem ter, ele mesmo, coletado dados a respeito (Piaget, 1954).

As pesquisas realizadas por Kohlberg e equipe foram replicadas nos quatro cantos do mundo, e os dados coletados tendem a atestar a sua validade e universalidade. Porém, é claro, nem todos concordam com o eminente psicólogo americano – como sempre acontece nas ciências humanas –, notadamente os chamados culturalistas, que acreditam que a moral varia de forma e conteúdo dependendo da cultura na qual estão imersos os sujeitos. Não vou entrar aqui nessa discussão: limito-me a informar que ela existe (de minha parte, aceito a abordagem kohlberguiana).

Uma pergunta pode aqui ser formulada: aceita a descrição dos estágios acima apresentada, nos dias de hoje, verifica-se alguma mudança em relação aos dados coletados há mais de 50 anos? Houve uma regressão? Uma evolução?

Nem uma nem outra. Desde os trabalhos iniciais de Kohlberg, verifica-se, como o previa Piaget, que a maioria dos sujeitos adolescentes e adultos encontra-se no nível convencional (que corresponde a uma semiautonomia, o nível pré-convencional típico da infância). Portanto, a maioria tende a considerar a moral como garantia da estabilidade social, diferentemente dos sujeitos pós-convencionais, que a veem como guia e inspiração para uma sociedade regida por princípios universais de justiça. Ora, as pesquisas que hoje são realizadas não desmentem o quadro encontrado décadas atrás. Logo, não houve evolução, tampouco houve regressão. Esse dado, creio, não pode ser desconsiderado quando queremos avaliar a “saúde” moral da contemporaneidade.

Vejamos agora mais alguns dados oriundos de outras pesquisas realizadas num passado recente.

Os dois primeiros encontram-se na pesquisa (chamada “Avaliação do Plano Ético – APE”) que, em 2005, realizei com Elizabeth Harkot de La Taille junto a 5.160 alunos do ensino médio da Grande São Paulo (escolas públicas e particulares<sup>3</sup>).

Perguntamos a nossos sujeitos qual dos seguintes itens era o mais importante para a sociedade: política, ciência, religião, arte e moral. A maioria dos sujeitos optou pelo item moral (59%, enquanto que o segundo item mais escolhido – ciência – ficou

com apenas 15,3%). Perguntamos-lhes também qual das seguintes qualidades do ser humano era a mais relevante para a sociedade: competência profissional, tolerância, responsabilidade e justiça. Conforme o preveria Kohlberg, a qualidade considerada mais relevante foi a justiça (44,5%), seguida da responsabilidade (35,3). Interessantemente, a tolerância, tão falada hoje em dia, ficou com apenas 6,1% dos sufrágios. E a única qualidade não moral, a competência profissional, ficou na frente da tolerância, mas atrás de justiça e responsabilidade (14,1%).

Esses dois dados levam a pensar que a moral, notadamente a justiça, ainda goza de prestígio junto aos jovens.

Uma outra pesquisa, agora realizada junto a 448 outros alunos, também do ensino médio público e privado, nos deu resultados semelhantes quanto à relevância da moral e da justiça para os jovens contemporâneos. Instruídos para estabelecerem um *ranking* entre dez virtudes (gratidão, fidelidade, generosidade, justiça, tolerância, polidez, coragem, honra, prudência e humildade), mais uma vez encontramos a primazia da justiça (ao lado de fidelidade e humildade, sem diferença estatisticamente identificável). Perguntamos-lhes também se as pessoas generosas eram mais importantes que as pessoas justas, e 70% discordaram dessa afirmação.

No mesmo livro em que foi publicada a pesquisa que acabo de citar – livro intitulado *Crise de Valores: Ou Valores em Crise?* (La Taille & Menin, 2009), contendo oito pesquisas que visaram a identificar seja um desabono dos valores morais, seja uma modificação destes – não apareceram reais sinais de que os juízos morais atuais sejam inferiores aos de antigamente, e tampouco há indícios de uma renovação moral, renovação esta afirmada por autores como Lipovetsky (1992).

Em resumo, os dados de que dispomos, salvo melhor apreciação, não apontam nem para um cenário de uma moral em frangalhos nem para um cenário de renovação.

## Juízo sobre o senso moral de outrem

Passemos agora a outra indagação: a despeito desta estabilidade em termos de desenvolvimento do juízo moral, a população acredita que os seus

3 Para a totalidade dos dados, remeto o leitor ao apêndice de meu livro *Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas* (2006).

conterrâneos e contemporâneos possuem senso moral? Perguntado de outra forma: confiam uns nos outros? Ou acreditam que a probabilidade de sofrer algum tipo de agressão é grande?

Se formos reparar nos discursos espontâneos gravados aqui e ali pela mídia, verificaremos que a resposta se inclina claramente para a desconfiança: todos falam em medo da violência, em corrupção generalizada dos homens públicos, em morosidade da justiça e até mesmo em sua deturpação por motivos escusos, em receio de sair de casa, casas estas cada vez mais repletas de apetrechos de segurança cada vez mais sofisticados. Não é, portanto, exagerado dizer que vivemos numa sociedade do medo, medo de outrem, mas também medo do desemprego, medo da natureza, medo da doença, medo dos acidentes, etc., e até mesmo o medo de não ter o medo certo...

Fixemo-nos no medo decorrente da crença de que outrem carece de senso moral, e vejamos alguns outros dados exclusivamente coletados junto a jovens do ensino médio.

Na pesquisa acima citada (APE), indagamos nossos sujeitos a respeito da confiança que tinham em instituições e em pessoas em geral. Não ficará o leitor espantado se eu revelar que instituições como Poder Judiciário, Congresso Nacional e partidos políticos absolutamente não gozam da confiança da grande maioria dos jovens (pouparei o leitor das porcentagens)<sup>4</sup>. Mas talvez ele fique um pouco surpreso em saber que instituições como mídia e aquelas religiosas tampouco são referências confiáveis. Grosso modo, as opiniões se dividem: metade confia e outra não. As únicas instituições que merecem confiança são, em primeiro lugar, a família (espaço privado, portanto) e, em segundo, a escola (transição entre os espaços privado e público). Nessa pesquisa, não dispomos dos argumentos dos sujeitos, mas não me parece ser grande risco afirmar que as instituições que não gozam de imagem positiva, com exceção, talvez, daquelas religiosas (digo “talvez”, porque basta lembrar os escândalos sexuais que assolam a Igreja Católica e outros relacionados a finanças vinculados

tanto a ela quanto a algumas igrejas evangélicas), são vistas como suspeitas do ponto de vista moral: corrupção e defesa de interesses próprios em prejuízo dos interesses da sociedade.

Vejamos agora o que pensam esses mesmos jovens a respeito das relações interpessoais. A maioria pensa que temos, nos dias de hoje, mais adversários que amigos. E a quase totalidade (90%) deles acredita que, quando há conflitos (que são inevitáveis na vida em sociedade), as “soluções” agressivas prevalecem sobre aquelas que apelam para o diálogo.

Finalizo a apresentação de dados com outra pesquisa, realizada por Helena Imanishi, Vanessa Passarelli e por mim (2011), que consistiu em avaliar como os jovens julgam os adultos. Os resultados, aferidos tanto por meio de uma ampla pesquisa com 520 alunos do ensino médio quanto por meio de entrevistas com pequenos grupos de alunos do mesmo nível escolar, são pouco lisonjeiros para nós, adultos! Com efeito, embora sejamos vistos como pessoas razoavelmente responsáveis, sábias e competentes profissionalmente, a maioria dos jovens pensa que dirigimos mal o mundo, que cuidamos mal do meio ambiente e da educação. Qual o nosso principal defeito? O egoísmo! Do que mais gostamos? De dinheiro! Somos inspirados pela moral? Mais de 70% acham que não! E, finalmente, os jovens confiam em nós? Um pequeno alívio (bem pequeno!) espera-nos: metade confia, a outra não.

Retomemos a questão que nos colocamos: a população acredita que os seus conterrâneos e contemporâneos possuem senso moral? Não tenho dados da população por inteiro. Mas se formos nos limitar aos jovens, a resposta é claramente negativa.

Os resultados acima apresentados levaram Nathalia Lima Loiola e eu a elaborarmos uma pesquisa que tinha como objetivo verificar se situações de medo e desconfiança (tão generalizadas como acabamos de ver) teriam alguma influência sobre o próprio juízo moral.

Sem entrar nos detalhes dos resultados (ainda não publicados), vou apresentar os três mais importantes.

O primeiro: quando um ato de justiça está em jogo, *100% dos sujeitos afirmam que é um dever incontornável agir de forma justa, e isso a despeito do medo que as situações inspiram*; em

4 Seria interessante verificar se, após os episódios patrocinados pela operação Lava Jato, o descrédito do Poder Judiciário permanece o mesmo.

compensação, quando se trata de agir em nome da solidariedade *a grande maioria dos sujeitos afirma não ser um dever moral*.

O segundo: nas situações de solidariedade e de justiça, a nítida maioria dos sujeitos afirma que as pessoas em geral, movidas pela desconfiança e pelo medo, *não agiriam nem de forma justa nem de forma solidária*.

Um terceiro dado reforça aquilo que já sabíamos: *os jovens acreditam que as pessoas são em geral desprovidas de senso moral*, donde o medo cotidiano, medo este que, por sua vez, realimenta a crença na imoralidade reinante. O primeiro dado, por um lado, mostra o quanto a justiça, como pensava Kohlberg, é virtude moral central e forte, e, por outro, que a solidariedade, nos dias de hoje, é valor decadente. Outros autores já haviam percebido esse fenômeno inquietante, entre eles Cristophe Dejours e Florence Bègue, especialistas em medicina do trabalho. Escreveram eles a respeito do grande número de suicídios que ocorrem nas empresas:

“Que o suicídio possa acontecer nos locais de trabalho indica que todas as *condutas de ajuda mútua e de solidariedade, que eram uma prevenção dos problemas assumidos pelo coletivo do trabalho, desapareceram da rotina atual do trabalho*. No lugar, o cada um por si e a solidão tornaram-se a regra. Um colega deprime, e não se lhe estende a mão” (Dejours & Bègue, 2009, p. 20 – grifos meus).

Os autores também evocam o medo para explicar tal degradação das relações sociais do mundo do trabalho, notadamente o medo de ser passado para trás e até de perder o emprego por padecer, de alguma forma, de atitudes egoístas ou desleais de “colegas”.

## ÉTICA E CONTEMPORANEIDADE

Os dados que acabamos de comentar referem-se, todos, ao juízo moral. Temos poucas pesquisas a respeito das *ações* morais. Isso se deve, por um lado, à grande dificuldade de coletar dados sobre elas, e, por outro, como afirmava Kant (1994), porque, mesmo na presença

de ações justas e/ou generosas, a rigor nunca sabemos se a pessoa age segundo o dever ou por dever (sendo que apenas a ação realizada por dever merece o nome de *moral*).

Todavia, alguns autores procuram verificar se haveria alguma coisa em comum em pessoas que agem moralmente (embora, como acabamos de ver, nunca saberemos se realmente agiram por dever). Comentarei apenas uma pesquisa, pois ela me permitirá passar da moral para a ética.

Anne Colby e William Damon (1993) entrevistaram várias pessoas de vida moral exemplar e chegaram à conclusão de que, nelas, verificase uma íntima união entre a moralidade e o eu (*self*). Ou seja, quando há íntima relação entre ser inspirado pela moral e a identidade da pessoa, a motivação para agir moralmente é grande. Nas palavras dos autores:

“Quando há uma unidade entre Eu e moralidade, juízo e conduta são diretamente e previsivelmente relacionados, e as ações são realizadas com segurança [...] Aqueles para quem a moralidade é central nas suas identidades pessoais devem ser mais fortemente motivados por suas convicções e objetivos” (Colby & Damon, 1993, p. 151).

E para os demais? “Outros também devem ter noções elevadas do que seja o bem, mas consideram estas noções como periféricas em relação a seus engajamentos pessoais” (Colby & Damon, 1993, p. 151). Em resumo: “Parece seguro concluir que algumas pessoas unem a moralidade e o Eu numa proporção maior do que outras” (Colby & Damon, 1993, p. 151). Quando a referida unidade é encontrada, Colby e Damon falam em “personalidade moral” (*moral self*). Pessoalmente, por motivos que vamos agora conhecer, prefiro falar em “personalidade ética”.

Prefiro falar em “personalidade ética” pela simples razão de que conceitos como “*self*”, “eu”, “personalidade” e “identidade” têm evidentemente um campo de aplicação que vai além da moral: abarcam a própria vida. Ora, lembremos que reservei o termo ética para a pergunta “que vida eu quero viver?”, que implica também se perguntar “quem eu quero ser?”. Lembremos também que escrevi que um indivíduo somente agirá conforme princípios e regras



morais (seja quais forem) se esses fizerem, para ele, sentido no plano ético.

Penso que agora essa afirmação faz sentido. As pessoas moralmente admiráveis entrevistadas por Colby e Damon mostraram como respondiam à pergunta identitária: “O que eu quero ser não pode de forma alguma ignorar o agir moral”. Não somente não pode ignorar tal ação, como ela é altamente valorizada como característica central da identidade. Certamente concordariam com Ricoeur quando ele define ética como “vida boa, com e para outrem, em instituições justas”. Dessas pessoas que agem moralmente, mesmo em situações problemáticas e conflituosas, podemos dizer que são inspiradas pelo *respeito de si*: ao respeitar outrem respeitam a si mesmas, e se faltassem com esse respeito, sentiriam vergonha, ou seja, sentir-se-iam pessoas desprezíveis e, logo, não usufruiriam uma “vida boa”.

Isto posto, cabe agora nos perguntarmos se os valores identitários da contemporaneidade são favoráveis à construção de personalidades éticas.

## Cultura da vaidade

Dediquei todo um capítulo de meu livro *Formação Ética: Do Tédio ao Respeito de Si* (2009) para tratar do que chamei de “cultura da vaidade”. O objetivo era, por intermédio dessa expressão, apresentar elementos que me parecem conspirar contra a construção de personalidades éticas. Dado o restrito espaço de que disponho, darei um esboço do quadro de tal cultura começando pelas razões da escolha do termo “vaidade”.

O conceito de vaidade tem sua origem etimológica nos adjetivos “vazio” e “vão”. Logo, uma cultura da vaidade deve ser uma cultura da superficialidade e da frivolidade. Coerentemente com a origem etimológica assinalada, vaidade remete à ideia de aparência. O vaidoso cuida sobremaneira do espetáculo que quer dar de si. Logo, na vaidade, a heteronomia é lei, pois o olhar alheio é tudo. Passar despercebido é o maior castigo para o vaidoso, mesmo que tenha, para que tal não aconteça, de lançar mão de estratégias duvidosas do ponto de vista moral. Em suma, uma cultura da vaidade, por remeter à aparência e à superficialidade, remete também

à pequenez, à fraqueza e, finalmente, à ilusão. O vaidoso “vive uma vida imaginária no pensamento dos outros”, para empregar uma expressão de Blaise Pascal (1972).

Evidentemente, se creio que vivemos numa cultura da vaidade, isso não quer dizer que penso que absolutamente tudo padeça dessa característica (continuamos a fazer grandes obras tanto na área da ciência e da tecnologia quanto na área das artes). Mas, apesar de riquezas contemporâneas, avalio que traços de vaidade são suficientemente presentes para que mereçam reflexão.

Mas como provar que vivemos uma cultura da vaidade? Dispomos apenas de alguns indícios, que, graças a vários autores, vou aqui apresentar.

O primeiro deles é a *sociedade do espetáculo*. “Você asfixiou sua velha mãe que agonizava? Escreva-o, ora bolas. Publique um livro, vá à televisão”, escreveu Ivan Rioufol (2000, p. 12). Você quer ganhar eleições? Não contrate um cientista político, mas sim um marqueteiro que lhe ensinará como se apresentar em cenários escolhidos a dedo. Você quer ser apreciado como conferencista? Não pense muito no conteúdo do que vai falar, pense na sedução, e não se esqueça de usar *data-show*, de preferência programado por um especialista em efeitos especiais. Você quer um lugar na sociedade? Não cometa a loucura de não participar das redes sociais e coloque no Facebook fotos suas, escreva histórias que lhe aconteceram, opiniões que surjam de repente nas suas sinapses, revele seus sentimentos, etc., e convide o maior número de pessoas a seguir a sua pequena saga cotidiana. E haveria dezenas de exemplos mais, fato que faz o escritor peruano Mario Vargas Llosa (2007) não hesitar em dizer que nossa “civilização rende-se ao espetáculo” e Jurandir Freire Costa (2004, p. 231) escrever: “[...] os indivíduos, além de serem levados a ver o mundo com as lentes do espetáculo, são incentivados a se tornar um dos seus participantes pela imitação do estilo de vida dos personagens da moda”. “Apareça ou pereça”, acrescenta ele, “fora das manchetes e passarelas, não há salvação” (Costa, 2004, p. 172). E a timidez, esse benigno traço de personalidade, já anda sendo chamada de “fobia social”!

O segundo indício é o *culto da celebridade*. Afirmou corretamente Freire Costa que, nos dias de hoje, o lugar da autoridade foi tomado pela ce-

lebridade. Mas qual a diferença entre elas? Cito mais uma vez o autor brasileiro:

“Em oposição à autoridade, cuja marca são os dons incomuns, a celebridade prima pela falta de originalidade. O cânone da primeira prescreve a aliança entre notoriedade e talento; o da última, entre sucesso e visibilidade” (Costa, 2004, p. 170).

Notadamente na mídia, enquanto um professor ou um pesquisador deverá fazer a mágica de explicar, em 60 segundos, tal teoria ou tal descoberta, um jogador de futebol ou um ator de cinema terá um ou dois blocos inteiros de entrevista para falar de seu casamento, do gol que quase fez, do filme de que quase participou e de suas opiniões sobre moral, moda, ética, comidas, política, carros, ciência, etc. O culto da celebridade representa, por definição, o culto do provisório. “É por isso que os grandes filósofos, os grandes artistas, os grandes escritores, os grandes pesquisadores se calam”, observa Rioufol (2000, p. 81). Mas, afinal, quem quer saber o que eles pensam?

O terceiro indício é outro culto: o dedicado aos chamados *vencedores*, aos *winners*. O vencedor dos dias de hoje não é alguém que se deu bem na vida, mas sim aquele que se deu *melhor* do que os outros, aquele que se destaca claramente na paisagem, aquele que pode até se candidatar a celebridade. Como escreve Michel Wieviorka (2005, p. 30), “a cultura dominante se define pelo binômio *winner/loser*, na qual é preciso ser um vencedor e escapar do desprezo que assola os perdedores”. E não faltam pessoas que vendem seus bons serviços às famílias e às escolas para que elas formem vendedores e líderes.

O quarto indício relaciona-se ao anterior: o *consumo*. Cito mais uma vez Freire Costa, que me parece ter toda a razão quando afirma que “o objeto [que é consumido] deve ‘agregar’ valor social – e não sentimental – a seu portador, ou seja, deve ser um crachá, um passaporte que identifica o turista<sup>5</sup> vencedor em qualquer lugar, situação ou momento da vida” (Costa, 2004, p. 163). Lembro aqui uma charge do humorista Voutch publicada na revista francesa *Le Point*. Nela se vê um vendedor dizendo

a um comprador de um desses carros altos de poderosos: “A relação preço/arrogância é muito vantajosa”. Com efeito, como explicar, senão pela vaidade, esse frenesi por roupas de marca (e cujos logotipos, ao contrário do que acontecia antigamente, aparecem do lado exterior da roupa), por carros enormes que mal cabem nas garagens e atrapalham o trânsito, por objetos de destaque como relógios e celulares, por viagens a lugares famosos, etc.? Lembremos também que a proprietária da L’Oréal (produtos de beleza) tem uma das maiores fortunas da França e que, no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, o montante das vendas em 2006 subiu para 12,9 bilhões de reais (era de 6,6 bilhões em 1999) e cerca de um milhão e meio de pessoas trabalham com venda direta dos referidos produtos. Em suas pesquisas de semiótica, Elizabeth Harkot de La Taille chegou à seguinte constatação: “Perceber-se como todo mundo: eis uma causa frequente de vergonha; perceber-se diferente: uma causa de orgulho” (Harkot de La Taille & La Taille, 2004, p. 98).

O último indício de que quero falar é, ao mesmo tempo, o mais dramático e também o mais claro: estou me referindo à *violência*. Vários autores que se debruçaram sobre esse tema têm identificado uma de suas causas: tendo apenas olhos para celebridades, vencedores e para pessoas que de alguma forma se destaquem, tal cultura joga na invisibilidade um grande contingente de pessoas, com destaque para as mais pobres. Ora, essa invisibilidade faz sofrer quem dela padece, e a violência acaba por ser um meio de afirmação trágica da própria visibilidade.

Eis o depoimento de um menino infrator, interno da antiga Febem (SP), no qual ele confessa a admiração que os “violentos” despertam:

“Ele matou delegado, matou polícia, acho que ele já matou um montão de gente, senhora. [...] Por isso ele é considerado. [...] Ah, os outros considera ele, senhora. Falam ‘ah, o cara é perigoso, senhora, e tal, tudo’ [...] É, os cara acha isso dele, né” (apud Nogushi, 2007).

Agora, outro depoimento de um pai a respeito de seu filho:

“Meu filho acha bonito aparecer como cara perigoso pras comunidades. O que mais estimula ele não

5 O autor emprega o termo “turista” no sentido metafórico que Bauman (2003) lhe deu.

é nem o dinheiro, é mais poder aparecer. Mostrar quem é, mostrar que pode, entendeu?” (apud Soares et al., 2005, p. 213).

Citemos finalmente Luiz Fernando Soares, MV Bill e Celso Athayde (2005, p. 215):

“Na esquina, apontando-nos a arma, o menino lança a nós um grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização, pois há uma fome mais funda que a fome, mais exigente e voraz que a fome física: a fome de sentido e de valor; de reconhecimento e acolhimento, fome de ser – sabendo-se que só se alcança ser alguém pela mediação do olhar alheio que nos reconhece e valoriza”.

Creio que as citações falam por si sós.

Em suma, todos os indícios que acabamos de ver depõem a favor da presença de uma “cultura da vaidade”, cultura na qual, é claro, a construção de personalidades éticas fica, no mínimo, prejudicada.

Antes de concluirmos o texto e voltarmos aos meninos assassinos e suicidas, lembrados no início, vamos rapidamente conhecer outro aspecto inquietante da contemporaneidade.

## Cultura do tédio

Abandonemos o campo da moral e da personalidade ética para nos limitarmos a perguntar: a “vida boa” é, hoje, um bem usufruído pela maioria das pessoas? Se formos acreditar nas propagandas, nos discursos dos políticos, nas mensagens da mídia, tenderemos a responder afirmativamente. Vivemos uma “euforia perpétua”, para empregar a expressão cunhada por Pascal Bruckner (2000) para criticar o atual culto da felicidade. “Por que a felicidade anda me bombardeando?”, cantava Tom Zé já na década de 70. E ele mesmo respondia: “É pra saber que ninguém mais tem o direito de ser infeliz”<sup>6</sup>. Com efeito, ser feliz não somente parece ser uma espécie de dever como se pensa que a sociedade de consumo,

por um lado, fornece todos os elementos necessários e suficientes ao gozo da “vida boa” e, por outro, é fruto essencialmente de esforços pessoais. Quem não é feliz (diferentemente das pessoas que “acham” que o são) é um incompetente ou um caso patológico. Vendem-se livros de autoajuda aos primeiros e antidepressivos aos segundos.

Todavia, os dados de que dispomos levam fortemente a crer que a tal da felicidade é moeda rara nos dias de hoje. Euforia talvez, prazeres talvez, mas “vida boa”, pelo jeito, não.

Pense-se na busca quase que desesperada por parte da maioria das pessoas por divertimentos e mais divertimentos (baladas, centenas de canais de televisão, voyeurismo nos “Big Brothers”, etc.).

Pense-se na busca da maioria das pessoas por estímulos e mais estímulos (televisões em todo canto, músicas altas até nas pausas entre os *games* no jogo de tênis, *ipods* constantemente nos ouvidos, o onipresente celular que as pessoas consultam várias vezes por minuto e isso durante todo o dia, redes sociais constantemente acessadas, etc.).

Pense-se no alto consumo de álcool e drogas, essas últimas dominadas por grupos que rivalizam em riqueza com algumas multinacionais.

Mas há dados mais graves, e mais precisos: depressão e suicídio.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, há 121 milhões de pessoas acometidas de depressão no planeta Terra e, sempre segundo essa organização, a depressão é uma das principais causas mundiais de incapacidade para o trabalho. Mais ainda: o mal acomete cada vez mais crianças, que são, notadamente no Brasil, cada vez mais (e precocemente) medicalizadas. Surto de patologia vindo de não se sabe onde? Prefiro a interpretação dada por Georges Minois (2005, p. 5): “A máquina hedonista é uma máquina que produz depressivos que ela recicla com antidepressivos”.

A respeito de suicídio, escreveram Christian Baudelot e Roger Establet (2006, p. 7) que ele mata em torno de 100 pessoas por hora. Com efeito, segundo a Organização Mundial da Saúde, no ano de 2000 houve 815 mil suicídios, contra 510 mil mortes ocasionadas por crimes e 310 mil por guerras. Mais ainda: Baudelot e Establet (2006, p. 138) revelam que “a taxa de suicídios entre os jovens de 15 a 24 anos triplicou na segunda metade do século XX”.

6 “Dodô e Zezé”, gravada por Tom Zé no LP *Todos os Olhos*, de 1973.

O que acabamos de ver coloca sob forte suspeita a realidade da “euforia perpétua”. Mas hoje os tristes e os melancólicos pouco espaço têm na sociedade: são isolados porque ninguém suporta o “baixo astral”. Até o humor, que tradicionalmente aliava tristeza a alegria (lembramos dos filmes de Charles Chaplin e de Jacques Tati<sup>7</sup>), hoje se limita à provocação de risos gratuitos, a *gags* insossas e a reflexões que beiram o cinismo. Paradoxo: não há lugar social para a tristeza (deve ela ficar nos consultórios psiquiátricos, pois supostamente é patológica), embora ela pareça ser moeda corrente.

Pode-se usar a expressão “cultura do tédio” para nomear esse vazio cultural que parece assolar várias pessoas. “Tédio” aqui não deve ser entendido como esse sentimento inevitável que às vezes experimentamos em momentos de forçado ócio, mas sim como sentimento existencial de perda de sentido, de vazio. “Que o tédio e a perda de sentido estejam de alguma forma relacionados, isto parece indiscutível”, escreveu Lars Fr. H. Svendsen (2003, p. 24), um dos poucos autores a se debruçar sobre o tema (e, significativamente, o fez recentemente, como mostra a data de publicação de seu livro<sup>8</sup>). “O tédio é”, escreveu ainda ele, “antes de mais nada, algo *dentro do qual se vive*” (Svendsen, 2003, p. 11 – grifos do autor). Creio que, hoje, muitos nele vivem.

Aceita a tese da presença de uma “cultura do tédio” entre nós, quais seriam as decorrências para a moralidade? Vimos que uma “cultura da vaidade” está na contramão da construção da personalidade ética, aquela cuja motivação para agir por dever é forte. Mas não podemos dizer que uma “cultura do tédio” se opõe a tal construção. Todavia, representa evidentemente um importante fator complicador. Com efeito, que motivação e tempo para serem investidos na moral teriam pessoas cuja vida é vazia de sentido? Lembremos que a moral plenamente vivida e exercida pede reflexão, pede investimento pessoal, pede empenho, pede sacrifícios. Poderá alguém acometido de tédio existencial ver real sentido na moral e ter forças para realizá-la? Não será a moral, numa “cultura do tédio”, um luxo?

7 Ver meu livro *Humor e Tristeza: O Direito de Rir* (2014).

8 1999 para a primeira edição.

## CONCLUSÕES

“Sou um pedaço de merda, mas serei famoso agora.” Eis o bilhete deixado por Robert Hawkins (EUA, 2007) antes de matar oito pessoas num *shopping*. E suicidar-se.

Mas que “pedaço de merda” seria ele e a sua vida? Seria como a de Richard Durn, francês que, em 2002, abriu fogo sobre conselheiros municipais matando vários de seus membros? Escreveu ele no seu diário:

“Eu não me respeito, eu não me amo [...] Imagino-me sempre perdendo. Por isso tenho vergonha, então fico paralisado. Não sei como lutar no mundo do trabalho [...] Sofro. Estou cheio de raiva. Mas essa raiva não se exterioriza, ela permanece recalçada [...]. Por que fazer de conta que estou vivendo? Apenas posso, durante alguns instantes, sentir-me vivendo matando?”.

Dias depois, na prisão, ele também se suicidaria.

E será que tais relatos se aplicariam aos meninos de Columbine, Realengo e outros lugares de que falei na introdução?

Nunca saberemos, ao certo, mas seus atos podem ser compreendidos tanto do ponto de vista de uma “cultura do tédio” quanto de uma “cultura da vaidade”.

Tédio: a vida sem sentido, desespero, paralisia e, finalmente, raiva, destempero. E suicídio.

Vaidade: o extremo peso de se pensar como eterno “perdedor”, dor da invisibilidade, vergonha, procura de associar a si próprio valores reconhecidos pela sociedade do espetáculo, ignorância da moral. E negação extrema de outrem, até o crime. Não deve passar despercebido que vários desses jovens assassinos e suicidas deixaram, antes de seu trágico ato, imagens de si na internet carregando as armas que usariam contra os outros e contra si próprios. Sabiam que seriam, finalmente, olhados...

Se eu tiver, no que escrevi no texto que ora finalizo, um átomo sequer de razão, impõe-se o seguinte diagnóstico: alguma instituição deve cuidar da formação ética e moral das crianças e jovens, pois não é “espontaneamente” que tal formação ocorre. Mas que instituição? A famí-

lia? Muitos pensam que tal tarefa cabe única e exclusivamente a ela. Mas o que ela tem feito na prática? E pode ela realmente carregar o peso de uma formação que interessa à sociedade como um todo? Deixo ao leitor a resposta...

De minha parte, e muito bem acompanhado por autores como Kant, Alain, Durkheim, Piaget, Kohlberg e outros, creio que as instituições educacionais devem assumir essa responsabilidade. E urgentemente.

Como fazer? Procurar responder a essa indagação pedagógica não é o objetivo do presen-

te texto. Limito-me a dizer que, coerentemente com o que escrevi ao longo destas páginas, uma educação moral não pode se furtar a enfrentar as questões éticas. Falar em justiça, solidariedade, generosidade e outras virtudes (morais) sem ancorá-las na vida (ética) poderá ter poucos efeitos. Afinal, como vimos, as pessoas costumam chegar ao nível convencional do desenvolvimento do juízo moral sem que sejam empregadas estratégias educacionais. O problema maior não está, portanto, na compreensão racional da moral. O problema maior está em seu sentido ético.

## BIBLIOGRAFIA

- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. *Suicide: l'envers de notre monde*. Paris, Seuil, 2006.
- BAUMAN, Z. *La vie en miettes: expérience postmoderne et moralité*. Rodez, Le Rouerge/ Chambon, 2003.
- BRUCKNER, P. *L'Euphorie perpétuelle: essai sur le devoir de bonheur*. Paris, Grasset, 2000.
- CANTO-SPERBER, M. *L'Inquiétude morale et la vie humaine*. Paris, PUF, 2002.
- COLBY A.; DAMON, W. "The Uniting of Self and Morality in the Development of Extraordinary Moral Commitment", in G. G. Noam; E. Wren (orgs.). *The Moral Self*. Cambridge, The Mit Press, 1993, pp. 149-74.
- COMTE-SPONVILLE, A.; FERY, L. *La sagesse des modernes*. Paris, Lafont, 1998.
- COSTA, J. F. *O Vestígio e a Aura: Corpo e Consumismo na Moral do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- DEJOURS, C.; BÈGUE, F. *Suicide et travail, que faire?* Paris, PUF, 2009.
- HARKOT DE LA TAILLE, E.; LA TAILLE, Y. de. "A Construção Moral e Ética de Si Mesmo", in M. T. C. de Souza (org.). *Os Sentidos de Construção: O Si Mesmo e o Mundo*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2004.
- IMANISHI, H.; PASSARELLI, V. ; LA TAILLE, Y. "Moral no Mundo Adulto: A Visão de Jovens sobre os Adultos de Hoje", in *Educação e Pesquisa*, vol. 4, n. 37, 2011, pp. 743-62.
- KANT, E. *Métaphysique des moeurs, première partie*. Paris, Flammarion, 1994.
- KOHLBERG, L. *Essays on Moral Development*. San Francisco, Harper & Row, 1981.
- LA TAILLE, Y. de. *Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas*. Porto Alegre, Artmed, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Formação Ética: Do Tédio ao Respeito de Si*. Porto Alegre, Artmed, 2009.

- \_\_\_\_\_. *Humor e Tristeza: O Direito de Rir*. Campinas, Papyrus, 2014.
- LA TAILLE, Y. de; MENIN, S. *Crise de Valores ou Valores em Crise*. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- LLOSA, M. V. "Civilização Rende-se ao Espetáculo", in *O Estado de S. Paulo*, 3 de junho de 2007, p. A22.
- LIPOVETSKY, G. *Le crépuscule du devoir*. Paris, Gallimard, 1992.
- MINOIS, G. *Histoire du mal de vivre: de la mélancolie à la dépression*. Paris, Editions de La Martinière, 2005.
- NOGUSCHI, N. *Seguro na Febem-SP: Universo Moral e Relações de Poder entre Adolescentes*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Instituto de Psicologia da USP, 2006.
- PASCAL, B. *Pensées*. Paris, Librairie Générale Française, 1972.
- PIAGET, J. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris, PUF, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Les relations entre l'affectivité et l'intelligence*. Paris, Sorbonne, 1954.
- RICOEUR, P. *Soi-même comme un autre*. Paris, Seuil, 1990.
- RIOUFOL, I. *La tyrannie de l'impudeur*. Paris, Anne-Carrière, 2000.
- SAVATER, F. *Ética como Amor-Próprio*. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- SOARES, L.; MV BILL; ATAYDE, C. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.
- SVENDSEN, L. *Petite philosophie de l'ennui*. Fayard, Livre de Poche, 2003.
- WIEVIORKA, M. *La violence*. Paris, Hachette, 2005.
- WILLIAMS, B. *L'Éthique et les limites de la philosophie*. Paris, Gallimard, 1990.